

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p170-196>

TRANSMUTAÇÕES NO ESPAÇO NORDESTINO: ocupação, valorização e metropolização turística no litoral cearense

TRANSMUTATIONS IN THE NORTHEAST SPACE: occupation, valuation and tourism metropolization in the cearense coast

TRANSMUTACIÓN EN EL ESPACIO NORDESTINO: ocupación, valorización y metropolización turística en el litoral cearense

Frederico do Nascimento Rodrigues

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista CAPES. Vinculado ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR (Observatório das Metrópoles – Núcleo Fortaleza).
fredericonettur@gmail.com

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Doutor em Geografia e Planejamento - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne). Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Vinculado ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR (Observatório das Metrópoles – Núcleo Fortaleza).
ewcdantas@gmail.com

Recebido para avaliação em 27/08/2018; Aprovado para publicação em 16/10/2018.

RESUMO

Nesse artigo tem-se como objetivo central entender o processo de ocupação e valorização da zona costeira cearense. Busca-se compreender a partir das práticas marítimas modernas, como se deu a mudança de mentalidade da população cidadina, que se abre para uma nova realidade e passa a ver por outro prisma as zonas de praia. A corrida para as áreas litorâneas e as políticas públicas que direcionam investimentos para o desenvolvimento do turismo ocasiona substanciais mudanças no tecido urbano da Metrópole cearense. Dessa forma, percebe-se na contemporaneidade um fenômeno denominado de metropolização turística. Para se alcançar os objetivos propostos realizou-se um estudo diacrônico do espaço, levantamento bibliográfico a partir de periódicos, livros, dissertações e teses que dessem subsídios para dialogar com o tema proposto. A pesquisa hemerográfica foi realizada a partir de diversas consultas ao acervo do Jornal *O Povo*, material jornalístico de importante circulação na capital cearense. Realizou-se levantamento de dados em sites específicos como do IBGE, IPECE, Ministério do Turismo – MTUR, Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR. Os trabalhos de campo foram essenciais para compreender a dinâmica de valorização e ocupação do litoral cearense.

Palavras-chave: Espaço; Turismo; Litoral; Metrópole.

ABSTRACT

In this article we have as main objective to understand the process of occupation and valorization of the coastal zone of Ceará. It seeks to understand from the modern maritime practices, as it was the change of mentality of the city population, which opens to a new reality and now sees the beach zones from another perspective. The race to the coastal areas and the public policies that direct investments for the development of the tourism causes substantial changes in the urban fabric of the Ceará State. In this way, a phenomenon called tourism metropolization is perceived in the

contemporary world. In order to reach the proposed objectives, a diachronic study of the space was carried out, a bibliographical survey from periodicals, books, dissertations and thesis that gave subsidies to dialogue with the proposed theme. The hemerographic research was carried out from several consultations to the collection of the O Povo, journalistic material of important circulation in the capital of Ceará. Data were collected on specific websites such as IBGE, IPECE, Ministry of Tourism - MTUR, Secretariat of Tourism of Ceará - SETUR. Fieldwork was essential to understand the dynamics of valorization and occupation of the coast of Ceará.

Keywords: Space; Tourism; Coast; Metropolis.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo central entender el proceso de ocupación y valorización de la zona costera cearense. Se busca comprender a partir de las prácticas marítimas modernas, como se dio el cambio de mentalidad de la población urbana, que se abre a una nueva realidad y pasa a ver por otro prisma las zonas de playa. La carrera hacia las áreas costeras y las políticas públicas que dirigen inversiones para el desarrollo del turismo ocasionan sustanciales cambios en el tejido urbano de la Metrópolis cearense. De esta forma, se percibe en la contemporaneidad un fenómeno denominado de metropolización turística. Para alcanzar los objetivos propuestos se realizó un estudio diacrónico del espacio, levantamiento bibliográfico a partir de periódicos, libros, disertaciones y tesis que dieran subsidios para dialogar con el tema propuesto. La investigación hemerográfica fue realizada a partir de diversas consultas al acervo del periódico El Pueblo, material periodístico de importante circulación en la capital cearense. Se realizó el levantamiento de datos en sitios específicos como el IBGE, IPECE, Ministerio de Turismo - MTUR, Secretaría de Turismo de Ceará - SETUR. Los trabajos de campo fueron esenciales para comprender la dinámica de valorización y ocupación del litoral cearense.

Palabras clave: Espacio; Turismo; Costa; Metrópolis.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, tem-se como objeto de análise a zona costeira cearense que possui 573 km de extensão e que se apresenta como espaço de usos múltiplos. Nesse contexto, fez-se um estudo diacrônico, para se analisar os processos históricos que levaram o espaço litorâneo cearense da condição de ambiente de trabalho e das classes menos abastadas à local frequentado por uma elite em ascensão que reivindica por espaços de lazer na praia. Nesse sentido, incorpora-se o marítimo na vida dos cidadãos por meio das práticas marítimas modernas.

Os banhos de mar são responsáveis pelo surgimento das primeiras casas de repouso especializadas em práticas terapêuticas, estas acolhem os enfermos que buscam as qualidades curativas do mar, valoriza-se o bem respirar. O espaço litorâneo cearense é valorizado inicialmente pelos tratamentos terapêuticos, banhos de mar, caminhadas na praia seguidos do veraneio. Com o advento das práticas marítimas modernas, observa-se tímido, mas latente processo de urbanização nas áreas litorâneas de Fortaleza. Inicialmente incidiu na praia de Iracema e gradualmente ampliou-se. Nos anos 1970 urbaniza-se a praia

do Meireles e incorpora-se gradualmente não só na capital, mas nos municípios vizinhos a prática do veraneio e posteriormente tem-se o fenômeno do turismo.

No turismo tem-se destaque para o PRODETURIS e PRODETUR, políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças”, fins dos anos 1980. O turismo é introduzido no estado gradativamente, a partir dos planos de mudanças instituídos por Tasso Jereissati. Nesse momento passa-se a considerar o turismo como eixo propulsor da economia, antes disso observa-se atividade de pouca relevância, com ações desarticuladas com único objetivo de trazer turistas ao estado sem nutrir preocupação com a macroeconomia estadual.

Antes da expansão das práticas marítimas modernas, aconteciam nos municípios litorâneos próximos à capital, práticas de cunho tradicional como a pesca. Ao se romperem os limites fronteiriços da cidade, levam-se consigo estilo de vida característicos das demandas de lazer na metrópole, não se abandona à cidade, longe disso; ao se valorizar a paisagem litorânea por meio do lazer, da instalação das casas de segunda residência, do advento do turismo, levam-se peculiaridades, características e modo de viver das cidades e, para isso, necessita-se de toda infraestrutura urbana e tecnológica. Constroem-se novos caminhos que conduzem a população ao mar e o marítimo, desencadeando um processo na contemporaneidade denominado de “Metropolização turística”.

OCUPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL CEARENSE: a incorporação do marítimo

O Ceará, estado que compõe o Nordeste do Brasil, possui área total de 148.825,6 km², o que representa 9,57% do Nordeste e 1,74% do território nacional, apresentando-se com a 4^a maior extensão da região e 17^a posição entre os estados brasileiros. O estado carrega consigo peculiaridades do processo histórico de formação do espaço, caracterizado por uma urbanização concentrada que elevou a capital Fortaleza da condição de cidade à metrópole. De acordo com Costa e Amora (2015, p. 32), podem-se caracterizar três momentos distintos para a produção do espaço cearense: 1960, predomínio da economia agroexportadora, período da colonização; década de 1960 até meados dos anos 1980, período marcado pela integração junto ao mercado nacional, atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (política de industrialização); meados da década de 1980, fim da SUDENE, maior autonomia dos estados, emergência da guerra fiscal entre unidades da federação, num contexto denominado de reestruturação produtiva;

articulação do campo político, econômico e social em escala nacional e internacional. Araújo (2012, p. 22) também enumera três fases para o Ceará: até os anos 1940, fase da agricultura; entre 1940 e 1950 desenvolvimento da indústria; e nas três últimas décadas, o turismo.

Confirma-se a teoria de Bernal (2004, p. 150) de que no Ceará, assim como em todo o Nordeste, o urbano resultou do peso da agricultura e da pecuária, que conduziu o processo de organização do espaço, diferenciando-se do que ocorreu no Sul e Sudeste do Brasil, onde o grande responsável pela urbanização foi a infiltração das indústrias. Segundo a autora, o algodão e a inserção desse produto no mercado internacional projeta Fortaleza como importante centro urbano.

Na análise de Dantas (2009, p. 9), a capital Fortaleza torna-se importante a partir do momento que o comércio marítimo ganha notoriedade e desenvolve-se, motivado pela Guerra de Secessão, que fragiliza o fornecimento de algodão americano ao mercado internacional, fazendo com que a cidade entre no cenário econômico, por meio do processo de produção e exportação algodoeiro. Ressalta-se que, no período colonial, a economia cearense apoia-se no binômio gado-algodão. A primeira atividade ocupa e povoa o sertão cearense, e o algodão transforma Fortaleza no maior centro coletor da produção algodoeira, consolidando-a como principal núcleo urbano do Ceará na segunda metade do século XIX.

No final do século XX, o interesse pelo mar apresenta-se com tônica verdadeira, pode-se dizer que essa mudança dar-se-á entre os séculos XVI-XVIII, período onde os europeus aventuram-se pelos mares tendo como força motriz o comércio, destaca-se nesse período a bússola e o astrolábio como instrumentos facilitadores da navegação (DANTAS, 2009). Medo, temeridade e quadro repulsivo relacionado ao mar ganha outra conotação. Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 19) apontam que o “mar já foi razão de medo e pavor, e, nas fases iniciais do desfrute do litoral, as idas a esses espaços tinham objetivos exclusivamente medicinais, ocorrendo de modo segregado tanto do ponto de vista de gênero como de classes sociais”.

É no final do século XVIII, que o desejo das elites europeias e americanas se direciona ao mar, o litoral denominado de “Território do Vazio”, por Corbin (1989), agora chama atenção pelas cores, pela calma proporcionada no ir e vir das ondas, nos ventos permeados de iodo que beneficiam o bem respirar. É nesse ambiente que se tratam as doenças respiratórias como a tuberculose, os banhos de mar favorecem a circulação sanguínea, a musculatura fortalece-se por meio do nado. Com tantos benefícios é nos fins

do século XIX que crianças, mulheres e homens da aristocracia buscam as praias para renovarem as energias. Os hábitos de banho de sol, com exposição da pele chegam ao Rio de Janeiro e disseminam-se rapidamente pelas praias do Brasil e Fortaleza não é exceção nesse processo de ocidentalização, que vale ressaltar não se deu tal qual como no ocidente, como enfatiza Linhares (1991).

De acordo com Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 13),

No final do século XIX, início do século XX, no cerne do desejo pelo mar, dá-se a implementação pela elite das práticas marítimas modernas no Brasil, cujos desdobramentos vão possibilitar a aproximação gradativa da sociedade local em relação aos espaços litorâneos. Com os banhos de mar, voltados inicialmente para o tratamento terapêutico, a sociedade local se aproxima timidamente dos espaços litorâneos, modificando sua atitude *vis-à-vis* a este elemento líquido. Tal movimento é seguido e potencializado pela vilegiatura marítima e, mais recentemente, pelo turismo litorâneo associado aos banhos de sol.

Inicia-se assim incorporação das zonas de praia no cotidiano citadino, inicialmente tem-se a praia de Iracema (anterior Praia do Peixe), primeira porção do litoral cearense utilizado pelas elites fortalezenses como espaço de lazer. No espaço onde se localiza a Ponte Metálica, foram instaladas as primeiras residências de ocupação temporária, assim como os clubes destinados ao lazer à beira-mar. Com a construção do Porto do Mucuripe, mais ao leste da cidade, desencadeou-se forte processo de erosão na faixa de praia, o que culminou na migração das classes abastadas para a praia do Meireles, retratada na Figura 1, que nos anos 1940 transforma-se em espaço de vilegiatura.



Figura 1 – Praia do Meireles. Fonte: Fortaleza Nobre.

Os anos 1920-1930 são marcantes, pois, nesse momento, como se observa na foto, a população fortalezense descobre as práticas marítimas modernas. À medida que estas eclodem, substanciais mudanças podem ser notadas na paisagem litorânea de Fortaleza. Percebem-se dois movimentos característicos no processo de valorização das zonas de praia da capital: o primeiro nos anos 1920-1930 quando se observa a incorporação das zonas de praia como espaço de lazer e veraneio; o segundo ocorre após a década de 1970, com ampliação das práticas marítimas modernas para além do tecido urbano da capital, destaque para o veraneio (DANTAS, 2011). É nesse contexto que Madrugá (1991, p. 30) aponta que o desejo de imensidão, de lazer e liberdade conduziu os homens em direção aos litorais como turistas, provocando-os o desejo de instalarem-se em cidades marítimas transformadas pelos hábitos e economia cada vez mais litorâneos. O autor denomina esse processo de “litoralização”, que segundo ele é “a corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com as ocupações provocadas pela urbanização, pela industrialização e pelo turismo”. Na Figura 2, observa-se o lazer e os banhos de mar realizados na praia de Iracema por volta dos anos 1940.



Figura 2 – Praia de Iracema. Fonte: Arquivo Nirez.

Vale lembrar que, anteriormente, o litoral apresentava-se como espaço de habitação das classes de menor poder aquisitivo, mas transforma-se em espaço de construção das primeiras casas de segunda residência¹, que desterritorializa pescadores dos antigos vilarejos situados nas praias de Iracema e Meireles. Essas comunidades de pescadores podem ser vistas na totalidade do território cearense, por meio delas percebe-se outra forma de ocupação do espaço litorâneo baseado essencialmente na pesca.

Nesse momento, observam-se formas diversificadas de apropriação do espaço litorâneo, por um lado nota-se uma elite que se modela e amplia-se na capital em busca de lazer, de outro se reivindica por zonas de trabalho (pescadores) e de habitação (retirantes da seca²). Observa-se movimento das classes abastadas que se direcionam para sul e oeste da cidade, mais precisamente para os bairros Benfica e Jacarecanga. Outro movimento direciona-se para leste e norte da capital, neste buscam-se lugares para veraneio e lazer; constroem-se assim as primeiras chácaras no Meireles e segundas residências na praia de Iracema. Segundo Dantas (2011, p. 48), o veraneio em Fortaleza instala-se por meio da construção de casarões, como exemplo tem-se a do Coronel Porto, que data de 1926 onde

¹ De acordo com Seabra (1979, p. 1), entende-se por segunda residência a habitação cujo uso é eventual, a qual, portanto, não se constitui em suporte da vida cotidiana.

² Lê-se emigrantes pobres do sertão, as dificuldades impostas em morar na cidade que se apresenta para as classes menos abastadas fazem com que essa população ocupe terrenos de marinha, área anteriormente ocupada por pescadores, observa-se assim crescimento demográfico marcado por quadro de saturação e no final do século XIX eclodem em aglomerados urbanos, as favelas.

hoje se localiza o Estoril, interessante se observar o desprezo que se tinha pelo litoral, ao notar que a arquitetura da cidade dá as costas para o mar. A Figura 3 retrata o ano de 1943, observa-se que a frente do casarão, denominado Vila Morena, está voltada para a Rua dos Tabajaras, prova latente que na época da construção se ignorava o mar.



Figura 3 – Casarão da Família Porto (Vila Morena). Fonte: Arquivo Nirez.

Nesse contexto, edifica-se a capital do sertão, que apresenta simbiose entre sertão/litoral que nutre e alimenta-se por meio de abertura cultural de uma sociedade que descobre as zonas de praia, mas não perde a essência interiorana. As elites que aqui se instalam são seduzidas pelas características vindas do ocidente, os espaços litorâneos são valorizados, primeiramente, por meio dos tratamentos terapêuticos, banhos de mar, caminhadas na praia seguidos do veraneio. Vislumbra-se intenso relacionamento da sociedade local com a natureza e é justamente isso que ocasiona quadro conflitual, que, segundo Dantas (2009, p. 119), apenas atenua com a inserção do turismo litorâneo.

Para Pereira (2014, p. 11), até o século XX, as aglomerações urbanas litorâneas no Brasil eram tidas como áreas sem utilidade para o mercado fundiário e imobiliário, mas com a inserção das segundas residências tem-se a valorização do solo urbano das áreas onde antes se concentravam simples moradias de pescadores, num primeiro momento esse fenômeno concretiza-se apenas nas cidades-sede nordestinas, posteriormente o fenômeno incorpora municípios vizinhos. Para Seabra (1979, p. 5),

Esse processo de valorização imprimiu a esse espaço um novo valor de troca como resultante do novo uso que se lhe propunha quando tiveram início essas produções. Jogaram com esse valor de troca os proprietários de terra, as empresas de construção civil e também os proprietários das habitações produzidas.

Para a pesquisadora, a segunda residência além de ser estada temporária para o dono, pode ser alugada, portanto surge sempre como alternativa certa de investimento, tendo os preços reajustados conforme mercado. Atribui-se à terra preço que vai de acordo com a possível função que pode lhe ser dada, acumulam-se assim exorbitantes taxas de capitalização. Dessa forma, observa-se não apenas em Fortaleza, mas em escala regional, a dinamização do mercado de terras como em Ponta Negra, Natal/RN; Boa Viagem, Recife/PE; Praia Vermelha, Salvador/BA; em Fortaleza observa-se esse processo concretizando-se no bairro Meireles (DANTAS, 2015), essas nuances apresentam-se como movimento inicial do morar permanente na praia. No Quadro 1, podem-se observar valores de casas nos locais supracitados.

Quadro 1 – Valor de imóveis

CIDADE	VALOR	M ²	ESPECIFICAÇÕES	VALOR POR M ²
Natal - RN (Ponta Negra)	800.000 – 2.600.000	400 - 500	3 ou 5 quartos	2.000
			1 ou 4 suítes	
			3 vagas	5.200
Recife - PE (Boa Viagem)	1.100.000 – 1.800.000	209 - 360	4 ou 6 quartos	5.263
			0 suítes	
			0 ou 2 vagas	5000
Salvador – BA (Praia Vermelha)	850.000 – 1.200.000	288 - 380	5 quartos	2.951
			1 ou 2 suítes	
			4 ou 6 vagas	4.959
Fortaleza - CE (Meireles)	1.200.000 – 990.000	201- 378	4 ou 3 quartos	5.970
			1 ou 2 suítes	
			4 ou 2 vagas	2.619
Aquiraz - CE (Porto das Dunas)	1.200.000 – 600.000	387- 400	4 quartos	3.101
			3 ou 2 suítes	
			8 ou 20 vagas	1.500

Fonte: Zap Imóveis – 2015; adaptado por RODRIGUES, F. N.

Percebe-se do lado leste da metrópole, na praia do Mucuripe e a oeste na Barra do Ceará, transformações substanciais das zonas de praia, que se tornam espaço privilegiado do veraneio, lazer, trabalho e habitação. Aproveitam-se as condições físico-ambientais que o litoral proporciona para nele desenvolver hábitos, valores, costumes e práticas diversificadas. Segundo Dantas (2011, p. 56), instala-se quadro bem definido nos bairros de Fortaleza, ocupado por diversos grupos sociais e por atividades marítimas. As praias de

Iracema e Meireles são ocupadas pelas classes abastadas e volta-se para habitação e lazer. As praias do Mucuripe e Pirambú são ocupadas pelos pobres, pescadores, retirantes e apresentam-se como espaço de moradia e trabalho. E, por fim, as praias Formosa e do Mucuripe concentram atividades industriais e portuárias.

Dessa forma, apoia-se nos dizeres de Pereira (2014, p. 10), quando esse constata que “a urbanização vai à praia”, o geógrafo aponta que o processo de urbanização paralela à costa inicia-se de fato com a valorização do litoral, tendo as bases fundantes na inserção das funções de lazer atreladas ao mar e ao marítimo que passam a fazer parte do cotidiano da sociedade urbana, não só nordestina, mas brasileira. A corrida incessante aos ambientes marítimos satura essas áreas que passam a ter elevados preços, fazendo com que a terra seja parcelada em lotes. Inicia-se também a busca por outros espaços litorâneos e a população tem a necessidade de realizar deslocamentos para além da metrópole Fortaleza, para que dessa forma “turistifiquem” o espaço litorâneo por meio das políticas de turismo difundidas pelo governo cearense.

TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CEARÁ

O turismo destaca-se na economia mundial, infiltrando-se em diversos territórios de maneiras diversificadas. Para se ter ideia da dinâmica mundial que o turismo gera, de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, entre os anos de 2005 e 2013 as viagens internacionais em âmbito mundial cresceram numa média de 3,8% ao ano, com número que chegou a 1.087 milhões de turistas em 2013, comparando-se com o ano de 2012 tem-se aumento de 5%. No caso do Brasil, o país apresenta-se em 45º no ranking de fluxos internacionais com 5,8 milhões de turistas³ e é o segundo país em recepção na América do Sul, destacando-se por receber 20% do total de turistas.

O território brasileiro destaca-se, mundialmente, pelas dimensões continentais (8.511.965 km²) e diversidade de ecossistemas; florestas (Amazônica e Mata Atlântica), formações arbustivas (Cerrado e Caatinga), extensas áreas rasteiras (campos do sul), formações complexas (Pantanal), além é claro dos quase 8 mil quilômetros de litoral, onde se encontram mangues, dunas e restingas (CRUZ, 2001). Observa-se que cerca de duas mil praias anualmente são capazes de atrair 1,7 milhões de visitantes estrangeiros e 27 milhões de brasileiros

³ Dados do Ministério do Turismo – MTUR referentes ao ano de 2013.

Para Coriolano (2002, p. 10), não é de agora que o governo luta para melhor posicionar o turismo brasileiro, diante do mercado mundial e o Nordeste brasileiro destaca-se e tenta consolidar-se como importante polo turístico em escala nacional e internacional. Segundo a pesquisadora, as atividades turísticas para banho de mar iniciam-se no Rio de Janeiro e passam longo tempo restritas a esse lugar. Dessa forma, o Rio de Janeiro tem papel primaz de porta de entrada para o turismo internacional no país, em seguida o fenômeno turístico direciona-se para os demais estados das regiões Sul e Sudeste, e posteriormente atinge o restante do Brasil.

Partindo dessa premissa analisa-se o turismo de sol e praia difundido no Ceará, estado que representa 16% do litoral nordestino e 7% da zona costeira do Brasil. No Nordeste brasileiro, o turismo litorâneo incidiu-se e consolidou-se, o elemento definidor dessa tipologia turística é o ambiente natural aqui encontrado. Todos os estados da região são banhados pelo litoral, tendo as capitais ligações diretas com o mar, exceto Teresina no Piauí. Somando-se a extensão litorânea de cada estado nordestino tem-se aproximadamente 3.300 km.

No Ceará não poderia ser diferente, já que a história não proporcionou rico e farto patrimônio cultural, lugares históricos se comparados aos estados de Minas Gerais e Bahia, dessa forma o turismo volta-se integralmente para a natureza. Coriolano (2002, p. 87) aponta que é nítido o predomínio do uso do espaço natural no Nordeste brasileiro como objeto da demanda turística, no Ceará nota-se que a preferência turística recai, primeiramente, sobre o litoral, seguido das serras e por fim sertão. Na análise de Dantas (2006, p. 23) vislumbra-se a importância dada ao turismo no Nordeste, apresentando-se como tábua de salvação para a economia regional, de um lado atende-se uma demanda econômica e de outro, política; o autor pontua que,

O litoral nordestino, com adoção de políticas de desenvolvimento, se converte em zona turística, evidenciada na importância econômica atribuída a esta atividade, principalmente nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O turismo se transforma, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço da Região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional.

Segundo o autor, no Ceará construiu-se uma imagem turística, obscureceu-se as secas cíclicas, a ideia de “região problema”, escassez hídrica. O sol torna-se fator benéfico para a região, apresentando-se como reserva infinita para se desenvolver turismo o ano todo, pois o estado apresenta-se próximo à linha do Equador, área que incide maior luminosidade, além de encontrarem-se aqui características geoambientais específicas do

Polígono das Secas, onde está inserida quase a totalidade do território. Apresenta-se a rigidez do semiárido com poucas alterações nas estações, baixa incidência de chuvas e elevadas temperaturas que variam de 28° a 33°C amenizadas pelos ventos alísios. O sol antes associado ao martírio da seca e da pobreza, ganha por meio do marketing turístico nova conotação e passa a ser visto por outro prisma. Trabalha-se assim nova identidade, a partir da revalorização da cidade, fazendo com que o sertão se abra para o mar.

De acordo com Dantas (2006, p. 270), podem-se destacar dois momentos específicos e complementares para o Ceará: processo de construção da “Capital do Sertão” que se inicia com a ocupação do espaço cearense até fins dos anos 1970; e o segundo momento que se vislumbra a construção da “Cidade do Sol”, início dos anos 1970 até agora. Transmuta-se de uma cidade litorânea com alma de sertão (litorânea-interiorana), para cidade litorânea que se torna marítima (litorânea-marítima). Nesse contexto, criam-se opiniões internas marcadas pela consciência turística que tem por objetivo convencer os habitantes da vocação do estado, e, sobretudo da capital Fortaleza; e uma externa marcada pelo fortalecimento da imagem turística da metrópole, apresentada como paraíso para os turistas que optam por sol e praia.

Diante da premissa, podem-se destacar dois quadros simbólicos para o Ceará, o mais antigo fortalece imagens negativas relacionadas ao semiárido nordestino, beneficiando, dessa forma, a oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo que é recente, destaca-se por colocar em prática novo discurso, apresentando-se o semiárido por outro prisma, relacionando-o a uma virtualidade, constrói-se imagem positiva que dessa vez relaciona-se aos interesses dos empresários inseridos no agronegócio e no turismo (DANTAS, 2002). Produz-se a ideia de que o turismo pode alavancar a economia cearense, a política centraliza-se perante reforma constitucional, melhoram-se os serviços técnicos do Estado, contribuindo para que o governo construa imagem positiva do estado não só em escala nacional, mas internacional.

O Ceará passa a investir em políticas inovadoras voltadas para a atividade turística, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS) – de 1989, que se apresenta como pioneiro, cobrindo todo o litoral cearense. O programa é completamente financiado pela esfera estadual, torna-se guia para investidores e indicador para consolidação de programas oficiais de planejamento turístico.

Coriolano (2002, p. 68), estudiosa das políticas de turismo no Ceará, aponta que o PRODETURIS fragmenta o litoral em quatro regiões turísticas⁴, busca-se fomentar condições para aprimorar infraestrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios de regulamentação, controle de uso e ocupação do solo; além do mapeamento e ordenação físico-territorial de todo litoral cearense, orienta-se assim a implantação de empreendimentos turísticos.

A valorização e os olhares recaem sobre as zonas de praia, que se transformam em mercadoria turística antes mesmo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR - NE) de 1992. Esse programa apresenta-se como a primeira política pública de turismo que incide sob os territórios na década de 1990, inspirou-se nos padrões e modelos de turismo internacional, tendo como objetivo promover a estrutura espacial da atividade no Nordeste (BARBOSA; CORIOLANO, 2016). Cruz (1996, p. 266) destaca que o primeiro megaprojeto gerado dentro dessa política no Nordeste foi o Parque das Dunas, via costeira em Natal (RN) no início dos anos 1980; em seguida surge o projeto Costa Dourada que engloba os litorais de Pernambuco e Alagoas; depois vem o PRODETURIS no Ceará e, por último, o Projeto Linha Verde no litoral norte da Bahia, todos eles idealizados pelos respectivos governos.

Tanto o PRODETURIS como o PRODETUR são políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças”, fins dos anos 1980, assim pode-se afirmar que o turismo é introduzido no estado gradativamente, nos anos citados, a partir dos planos de mudanças instituídos por Tasso Jereissati. Nesse momento passa-se a considerar o turismo como eixo propulsor da economia, antes disso observa-se atividade de pouca relevância, com ações desarticuladas com único objetivo de trazer turistas ao estado sem nutrir preocupação com a macroeconomia estadual.

O PRODETUR inicia-se com projeto público federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e tendo o Banco do Nordeste como órgão executor. Foi instituído em 1991 por meio da Portaria nº 1 de 29/11/91, em ação conjunta entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, tendo como principal objetivo estabelecer diretrizes para se desenvolver o turismo em escala regional.

Segundo Dantas (2006, p. 24), o programa volta-se para melhoria da infraestrutura turística (saneamento, transportes, urbanização); implantação de projetos de proteção

⁴ De acordo com a autora, as regiões turísticas I e III do supracitado programa configuram e representam a extensão litorânea que se estende de Caucaia a Icapuí, litoral leste, já as regiões II e IV se estendem de Caucaia a Barroquinha, antigo distrito de Camocim, no litoral oeste.

ambiental e do patrimônio histórico/cultural; capacitação de profissionais; fortalecimento da administração dos estados e municípios da região. Na primeira fase entre os anos de 1995 e 2003 direcionaram-se investimentos de 900 milhões de reais para o Nordeste, disseminados diferencialmente entre os estados, o maior contemplado foi a Bahia com soma de 300 milhões de reais e o Ceará 160 milhões, totalizando-se um volume de 51% total de recursos.

Cabe lembrar que no PRODETUR I todos os estados nordestinos foram contemplados, entretanto, no PRODETUR II, por problemas na gestão, nos estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe, o mesmo não acontece. De acordo com Araújo (2012), destacam-se na captação de recursos os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

É no governo de Ciro Gomes que o Ceará ingressa no Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. O Programa apresenta-se como divisor de águas, fragmentando o litoral cearense em duas porções, tendo como fio condutor a metrópole Fortaleza. O lado leste, denominado costa do sol nascente, estende-se de Fortaleza até Icapuí com extensão de 210 km. O lado oeste, costa do sol poente, vai até Barroquinha com 363 km, totalizando os 573 km de extensão litorânea que o Ceará possui, como se pode observar na Figura 4, que apresenta todos os municípios litorâneos cearenses.

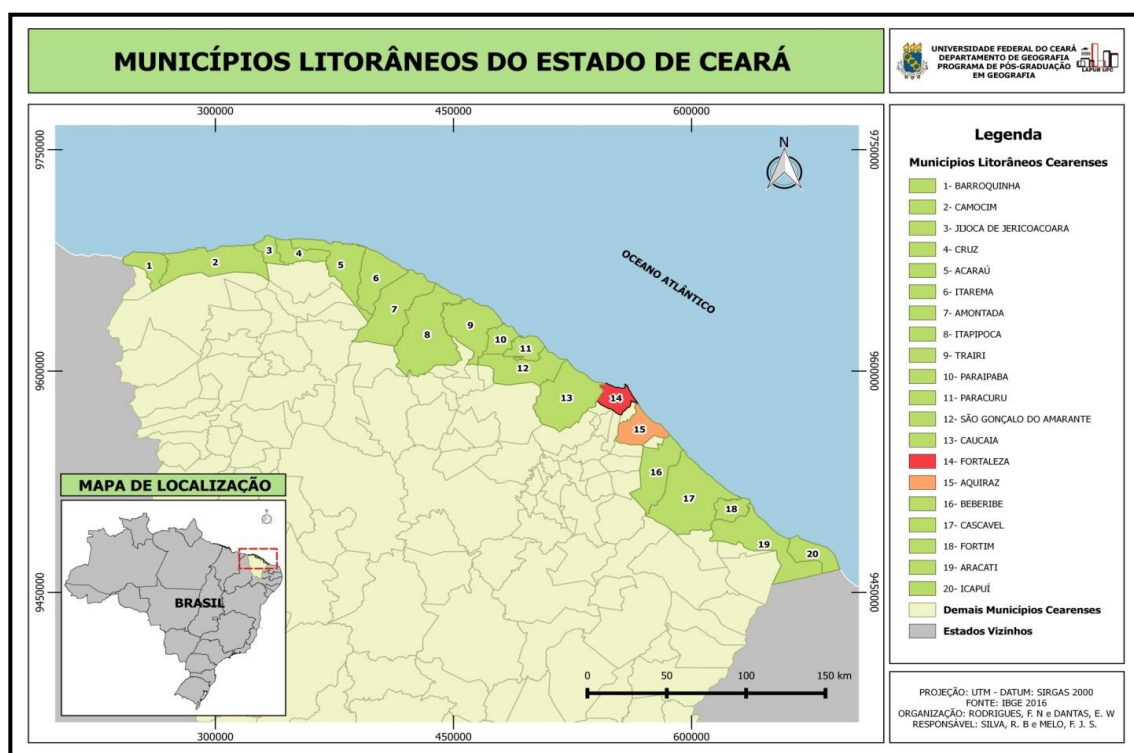


Figura 4 – Municípios litorâneos do estado do Ceará. Fonte: IBGE, 2015; Organização: RODRIGUES, F. N.; DANTAS, E. W. C.; SILVA, R. B.; MELO, F. J. S.

No PRODETUR I participaram Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca e no PRODETUR II foram os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Aquiraz. Cabe lembrar, como bem destaca Araújo (2012, p. 74), que paralelo ao PRODETUR II tem outra fase intitulada de PRODETUR NACIONAL, com caráter político-administrativo diferencia-se das outras por estar desvinculada do BNB, ligando-se diretamente ao MTUR; de acordo com o pesquisador, o intuito é acelerar as ações. Conforme destaca Barbosa e Coriolano (2016, p. 256), o PRODETUR enquanto programa regional de turismo enquadra-se em âmbito temporal, espacial e político e divide-se em duas fases: planejamento e atuação, onde se vislumbram, oficialmente, atividades em 1995, com o PRODETUR NE I, sendo finalizado em 2005; em 2002 amplia-se a área de atuação no estado por meio do PRODETUR NE II, que se finaliza em 2012; no ano de 2010 emerge então sob denominação de PRODETUR Nacional.

O Ceará destaca-se no desenvolvimento do turismo e ocupa posição geográfica privilegiada no contexto mundial, pois se encontra na fachada norte oriental do Atlântico Sul, mantendo maior proximidade com os mercados emissores de fluxos turísticos internacionais, como Europa, Ásia e Estados Unidos, por isso surge o interesse de se articular políticas que se voltem para a atividade turística. O posicionamento geográfico do estado oferece maior competitividade, menor tempo de voo e navegação. De acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR, nos meses de janeiro a junho de 2015, apresentou-se aumento de 21% comparado ao ano de 2014 no mesmo período, de turistas estrangeiros via aeroporto e terminais marítimos (Mucuripe e Pecém). Considerando-se os desembarques diretos via aeroporto, o aumento foi de 16%⁵, já nos terminais marítimos foi de 69%⁶.

A capital cearense também se destaca no quesito voos, recentemente passou a contar com voos para Bogotá (Colômbia), Buenos Aires (Argentina), Caiena (Guiana Francesa), Cidade do Panamá (Panamá), Frankfurt (Alemanha), Miami, Orlando (EUA), Paris (França), Ilha do Sol (Cabo Verde), Milão (Itália) e Lisboa (Portugal). Fortaleza

⁵ Em 2014, entre janeiro e junho, somou-se um total de 55.961 desembarques e em 2015, no mesmo período, 65.090, atribuindo-se dessa forma o aumento de 16%.

⁶ Em 2014 foram 5.497 desembarques de janeiro a junho, no ano de 2015, no mesmo período, foram 9.293 desembarques, apresentando aumento de 69%.

também conta com cerca de 52% de visitantes de origem internacional, o restante dos estrangeiros desembarca em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Natal.

O Nordeste centraliza 30% do Produto Interno Bruto (PIB) turístico nacional, são 90 milhões de viagens por ano em todo território nacional, 82% dos visitantes concentram-se nas áreas litorâneas. Em 2014, o estado ultrapassou os 3 milhões de turistas, em média foram 273 mil estrangeiros, gerou-se renda turística de R\$ 10,9 bilhões para o estado, representando impacto de 11,2% no PIB estadual. Percebe-se, dessa forma, que na última década o turismo cresceu e consolidou-se no Brasil, gerando-se três milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012; de acordo com o MTUR, em 2022, as estimativas convergem para 3,63 milhões de empregos diretos no país. No Ceará nota-se que de 1994 a 2014 o número de turistas via capital saltou de 716.098 para 3.262.259, fazendo com que o turismo impacte cada vez mais o PIB cearense. Em 1995, o impacto do turismo no PIB era de 4% e em 2014 aumentou para 11,2%. Nesse contexto, pode-se destacar alguns equipamentos turísticos que colaboram na consolidação da atividade turística na terra alencarina, são elas: construção do novo Centro de Eventos do Ceará, Centro de Convenções do Cariri, os aeroportos de Aracati e Jericoacoara, construção, duplicação, recuperação e sinalização de rodovias em todo o Ceará; obras que caracterizam a política estadual de interiorização dos investimentos realizada na gestão do ex-governador Cid Gomes e continuadas por Camilo Santana, atual governador, tudo em parceria com o Governo Federal (O POVO, 2016).

Nota-se que o espaço urbano de Fortaleza se modifica, incorporam-se conjuntos de atividades, equipamentos e infraestruturas que se inserem na cadeia produtiva do turismo, dando apoio à atividade. Aumenta-se a população da cidade, o uso de equipamentos e serviços, esgarça-se o tecido urbano da metrópole para municípios vizinhos, num processo denominado de metropolização turística.

FORTALEZA, CAPITAL LITORÂNEA-MARÍTIMA NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA

Fortaleza possui área territorial de 314,930 km², com população de 2.452.185 habitantes, tendo densidade demográfica de 7.786,44 (hab./km²), com PIB per capita de R\$ 12,688 (IBGE, 2010), encontrando-se na 174^a posição no ranking das maiores economias metropolitanas do mundo (O POVO, 2015).

Na segunda metade do século XX, se transpõe a fronteira limite de Fortaleza, gradualmente se observa a incorporação das zonas de praia dos municípios litorâneos

vizinhos à metrópole. O veraneio ocupa as praias de Icarai e Cumbuco em Caucaia e Aquiraz (Prainha e Iguape), inicialmente. A frágil infraestrutura desenvolvida para transportar produtos oriundos das comunidades litorâneas é aproveitada, para conectar essas praias à metrópole. O estilo de vida, antes característico da cidade, expande-se e torna-se fator determinante nesses espaços que se voltam para o lazer. Visualiza-se processo de expansão das zonas de praia para municípios litorâneos por meio da vilegiatura, tendo início nos anos 1960-1970, reforçado pela demanda crescente de usuários oriundos da classe média.

Antes da expansão das práticas marítimas modernas, aconteciam nos municípios litorâneos próximos à capital, práticas de cunho tradicional, como a pesca. Ao se romperem os limites fronteiriços da cidade, levam-se consigo estilos de vidas característicos das demandas de lazer na metrópole. Não se abandona a cidade, longe disso, ao se valorizar a paisagem litorânea por meio do lazer e da instalação das casas de segunda residência, levam-se peculiaridades, características e modo de viver das cidades e, para isso, necessita-se de toda infraestrutura urbana e tecnológica.

Os anos 1970 e 1980 simbolizam bem o movimento de transformação e ampliação das zonas de praia no Ceará, graças ao veraneio. O espaço litorâneo, que antes estava sujeito à antiga lógica de defesa do território, abre-se para a sociedade do consumo, que prima pelo lazer em expansão, porém apenas nos anos 1980 esse processo intensifica-se, pois, o Estado começa a intervir para posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. Destaca-se a construção de vias que conectam BRs e CEs às praias, assim como obras de modernização da infraestrutura. Iniciam-se, dessa forma, os primeiros conflitos sociais e ambientais em decorrência do processo de urbanização litorânea cearense. Para Montenegro (2012, p. 52), os impactos ambientais, relacionam-se de forma direta à incapacidade dos poderes públicos em gerir o uso do solo, desestabilizam-se dessa forma os locais onde se instalam equipamentos de lazer, promovem-se assim conflitos e tensões que envolvem questões fundiárias. Nesse sentido, Madruga (1991, p. 2) define que “o consumo do litoral pela sociedade tanto é permeado pelos riscos através da falta de planejamento e da degradação ambiental, como pela fantasia da liberdade através das necessidades de lazer”.

Em 1973 têm-se a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) composta por cinco municípios, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz e Fortaleza. Em 2009, esse número é ampliado para quinze, além dos cinco já citados somam-se à Região Metropolitana os municípios de Maracanaú, Guaiúba, Eusébio, Itaitinga, Pacajus,

Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Chorozinho, Pindoretama e Cascavel. A RMF conta com contingente populacional de 3.818.380 (IPECE, 2014)⁷, e recentemente foram inseridos à RMF os municípios de Trairi, São Luís do Curu, Paraipaba e Paracuru.

Foi por meio de lei complementar 14/73, que a RMF é criada em conjunto com mais sete, integrando-se às oito primeiras regiões metropolitanas do país: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil consolidam-se por meio de lei complementar 14, obedece-se a Constituição de 1967. Santos (1993, p. 76), ao referir-se às Regiões Metropolitanas, aponta que elas,

Têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando uma área bem maior que as demais; b) é objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo.

Na Constituição de 1988, com a reabertura política, passa-se a responsabilidade de criação e organização das regiões metropolitanas do governo federal para os estados, seguindo o § 3º do Artigo 25.1. De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2010), o Brasil possui 35 Regiões Metropolitanas (RMs) e 3 regiões denominadas de RIDEs – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Na década de 1980, são realizados esforços para se desenvolver a atividade turística e implantar infraestrutura na RMF. As atividades turísticas têm relação direta com a urbanização litorânea, principalmente no espaço metropolitano, tem-se nova lógica de ocupação do litoral sob influência das práticas marítimas modernas, destaque para nova modalidade que desponta do morar ocasional, apontada por Souza (2013, p. 125), os condo-hotéis, resorts. Essa nova forma habitacional de luxo permeia a consciência da sociedade urbana por meio de propagandas de *marketing* turístico e imobiliário. Os resorts apresentam-se como produto de caráter metropolitano, que gradativamente acirra o processo de metropolização que o autor denomina de Metropolização Litorânea, mas que aqui interpreta-se como turística, fenômeno que se difunde a partir da metrópole.

⁷ Recentemente lançou-se projeto de ampliação da RMF pelo Deputado Lula Moraes (PC do B), baseando-se na lei complementar nº 144 de 04/09/14. Incluem-se agora os municípios de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu, a razão dá-se pela inserção de novas áreas de influência econômica como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp).

Ampliam-se as possibilidades no turismo e no mercado imobiliário, obtêm-se superlucros com aumento da demanda por imóveis de luxo, observa-se assim crescimento do tecido urbano da RMF.

Araújo (2012, p. 54) destaca dois vetores de expansão urbana e de fluxo metropolitano. O primeiro deu-se por meio da industrialização em vários eixos da metrópole; o segundo, o pesquisador enfatiza que se dá por meio da urbanização litorânea. Dessa forma, apoia-se em Dantas (2013), para se analisar o fenômeno da metropolização turística, processo que integra os espaços litorâneos à lógica da metrópole que se apresenta de forma moderna e atraente para o turismo nacional e internacional, decorrente de subsídios para atração de capitais privados que disseminam polos turísticos nas capitais nordestinas (BERNAL, 2004), e Fortaleza não foge à lógica.

As cidades nordestinas absorvem a valorização litorânea, mediante especulação das zonas de praias. Observa-se que as cidades se transformam em pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico. Agora, as cidades-sede mantêm domínio sobre os municípios litorâneos do estado. Esses se tornam diretamente dependentes das capitais, sem mediação com outros centros urbanos intermediários (DANTAS, 2009). Observa-se a lógica de dominação que se estende paralela à zona de praia, no caso de Fortaleza influenciada pelo aeroporto internacional Pinto Martins e pelas rotas que integram as zonas de praia à área de influência direta. Segundo Rocha (2007, p. 85), o aeroporto apresenta-se com função de território do espetáculo no que diz respeito ao turismo, pois é nele que se movimentam os fluxos de turistas. Por meio de reestruturação, esse território do espetáculo busca gradativamente atender o público internacional, atribuindo-se assim novas funções.

Dessa forma, apresenta-se planejamento territorial baseado no posicionamento das políticas públicas, que modificam o urbano cearense. A construção de estradas que desaguam no litoral é orientada pelo aeroporto, incorpora-se dessa forma o litoral às zonas de influência de Fortaleza e imprime-se lógica de dominação paralela. Quebra-se, assim, a antiga dominação perpendicular, onde se partia do litoral em direção ao sertão, tendo como orientação o porto. Essa lógica partindo do aeroporto apresenta Fortaleza com papel primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos pelo litoral cearense.

Dantas (2009, p. 117) aponta que se impôs às capitais nordestinas a tarefa de destinação turística, fazendo com que as taxas de urbanização se elevem nos espaços litorâneos, o que desencadeia acelerado processo de urbanização, dando maior tônica à organização espacial. A urbanização que se concentra paralela ao litoral dá-se de forma linear, fragmentada e de forma sazonal, deixam-se impressas marcas na paisagem, no caso

da Região Metropolitana de Fortaleza abarca-se uma extensão de 120 km. Nesse processo, apresentam-se os primeiros problemas sociais e ambientais, que antes não se vislumbrava na história do estado, como o desmonte de dunas, aterro de lagoas interdunares, retirada de populações tradicionais, poluição marinha, erosão das zonas costeiras. Esses problemas outrora existentes apenas na metrópole, com o processo de metropolização turística, são guiados para municípios limítrofes, que sofrem agora com problemas antes vistos apenas nos grandes centros urbanos.

Quando se fala no processo de metropolização, torna-se necessário entender o conceito, para isso busca-se apoio em Lencioni (2006). Para a autora, a contemporaneidade apresenta uma metrópole com “tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização”. Nela engloba-se nova forma territorial, descrita como “ampliação da metrópole moderna”, oriunda do processo de urbanização e industrialização. A metrópole apresenta-se como produto da metropolização, que para a pesquisadora nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização. Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 74), a respeito do assunto, afirmam que:

[...] o processo de metropolização não se define através da cooperação de ações entre os municípios. Estabelece-se, ao contrário, em função da produção de espacialidades engendradas pelos transbordamentos e pelas necessidades gestadas no núcleo central ou pelas demandas que atraem. O lazer no litoral, mesmo não incluído no cerne das ações estratégicas, permaneceu, assim, nos interstícios e propiciou a (re)produção do espaço urbano.

Santos (1993, p. 69) identifica que, a partir dos anos 1970, o processo de urbanização no Brasil “alcança novo patamar” tanto quantitativo como qualitativo. Segundo o autor, a revolução demográfica de 1950 apresenta uma urbanização aglomerada, tendo aumento significativo da população dos núcleos que tinham mais de 20.000 habitantes; em seguida o geógrafo aponta que a urbanização deu-se de forma concentrada, tendo aumento das cidades de tamanho intermediário. Com a cristalização desses dois processos, alcança-se o estágio de metropolização, aumenta-se assim a quantidade de cidades milionárias e de cidades médias. Para Lencioni (2006, p. 72), o processo de metropolização corresponde a uma fase avançada da urbanização, que pode ser denominada de pós-urbanização. Nesse processo, imprime-se no território características metropolitanas, não importando o tamanho da cidade, a pesquisadora afirma que,

Esse é o caso, por exemplo, de algumas cidades litorâneas reconvertidas pela atividade turística por meio da atuação do grande capital, a exemplo de Cancun, que apesar do porte urbano apresenta características que, até então, eram exclusivas das metrópoles, como a presença de um aeroporto internacional. Ou,

o caso de cidades de porte médio que por estarem diretamente relacionadas à economia global apresentam algumas condições gerais de produção e determinados serviços que, anteriormente, só eram encontrados nas metrópoles modernas, o que não deixa de ser novidade.

Nesse contexto, Fortaleza apresenta-se como fruto da urbanização e industrialização ocorrida no século XX, onde se observam alterações em decorrência do processo de metropolização que renova as áreas urbanas e amplia o território, incorporam-se cidades, forma-se novo aglomerado metropolitano que se apresenta como “verdadeiro epicentro de fluxos de capitais” (LENCIONI, 2006). Fortaleza nos dizeres de Paiva (2011) apresenta-se como uma metrópole híbrida, pois as dinâmicas socioespaciais que ocorrem na RMF ampliam o tecido da cidade por meio da indústria, do setor terciário, habitação/imobiliário e turismo.

Em Fortaleza, o processo de metropolização está ligado de certa forma à industrialização. Montenegro (2012, p. 92) destaca que os limites temporais desses processos não coincidem, tendo em vista que estamos diante de processos autônomos, mas torna-se necessário observá-los, para demarcarmos a articulação entre industrialização/metropolização, que em seguida encontra-se com a dinâmica do turismo. Observa-se que após o “sonho” de industrialização, o Nordeste nutre-se da atividade turística, que emerge como estratégia mais “racional” para inserir a região no mundo globalizado.

Dessa forma, não se pode negar que inicialmente quem conduz a dinâmica da metropolização é a “marcha” das indústrias para fora da cidade, mesmo assim, continua-se pontilhando os arredores da metrópole. De acordo com Montenegro (2012, p. 90-91), o fenômeno da metropolização em Fortaleza emerge quando a cidade se torna partícipe do processo de industrialização que acomete o Brasil na primeira metade do século XX.

Nos anos 1960 intensifica-se e programam-se políticas industriais por meio da SUDENE, estendendo-se até os anos 1980; a partir dos anos 1980 a industrialização se descentraliza e concentra-se nos municípios metropolitanos brasileiros. No Ceará, o fenômeno também ocorre em Sobral, Região do Cariri, Iguatu, Centro-Sul do estado. No final dos anos 1980, o turismo apresenta-se como vetor de importância para o governo do estado, altera-se a dinâmica metropolitana, superpõe-se uma rede urbana que passa a se estruturar para atender às funções de lazer relacionadas ao turismo de massa, ultrapassam-se os limites da RMF.

Nesse contexto, constituem-se novas cidades no entorno de uma dominante – no caso Fortaleza –, aumenta-se o papel de centro de decisões em decorrência da centralização

social e espacial das relações econômicas, políticas e culturais. A metropolização turística apresenta-se como mais um componente para expansão da metrópole Fortaleza, tendo Aquiraz (Porto das Dunas) e Caucaia (Cumbuco) como principais mediadores do processo, espaços que se voltam para o imobiliário, lazer e turismo dentro da RMF (SOUZA, 2013).

Percebem-se dois eixos de expansão da metropolização turística. Tem-se o primeiro que se direciona a oeste de Fortaleza, rumo a Caucaia, e outro a leste, direcionando-se à Aquiraz. O turismo enquanto atividade econômica conecta lugares fazendo com que a metrópole se relacione com os municípios litorâneos de Aquiraz, Caucaia, Cascavel e São Gonçalo do Amarante, a metropolização turística converge para esses espaços, como se pode observar na Figura 5.

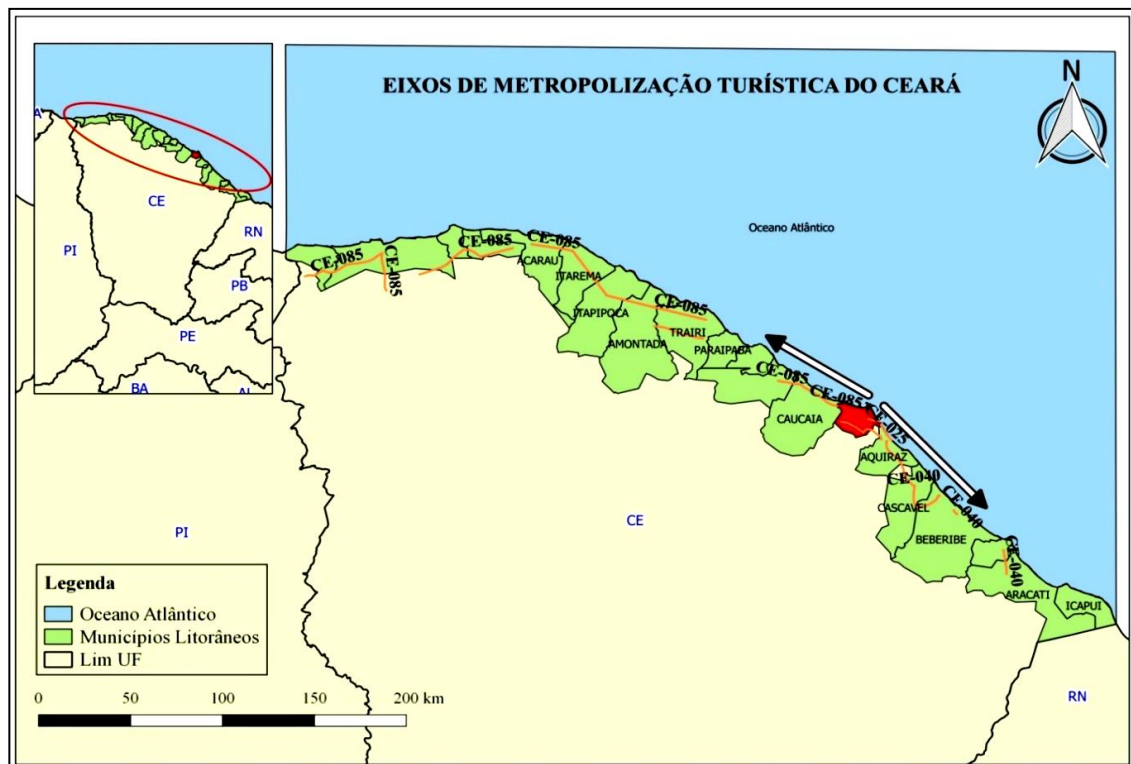


Figura 5 – Eixos de Metropolização Turística do Ceará. Fonte: SETUR e DANTAS, E. W. C, 2015; Elaborado por: RODRIGUES, F. N. e DANTAS, E. W. C (2018).

Percebe-se no mapa que as rodovias estaduais complementam e conectam o espaço metropolitano às zonas de praia. O lado leste liga Fortaleza à Beberibe, conta com a CE-040 (costa do sol nascente) com 126 km de extensão recentemente duplicada com investimento de R\$ 110 milhões, oriundos do Governo do Estado com parceria do MTUR. O litoral oeste conta com a CE-085 (costa do sol poente – estruturante), com extensão de 160 km, liga Fortaleza à Paracuru, como se pode observar na Figura 6.



Figura 6 – Estradas duplicadas ou em duplicação no Ceará. Fonte: Jornal *O povo*, 2012.

Nota-se que a metropolização turística avança com ajuda da construção e ampliação de vias, caminha-se de forma paralela ao litoral, direcionando-se aos municípios litorâneos. Ao expandir, a metrópole vai além de seus interstícios territoriais, busca-se uso especulativo do solo urbano, processo que também ocorre dentro da RMF. Nota-se que a Metropolização no Nordeste brasileiro, na maioria dos casos, não significa que seja uma complementação ou fragmentação das funções entre os lugares, mas sim um transbordamento das relações sociais da cidade principal para o entorno, a disseminação da vilegiatura e do turismo exemplifica esse quadro (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

As classes de maior poder aquisitivo concentram-se nos espaços litorâneos de municípios como Aquiraz e Caucaia que se apresentam como verdadeiras “ilhas de prosperidade” (SILVA, 2006). Ocorrem dessa forma os primeiros impactos no litoral de municípios que, outrora, não eram acometidos por tal realidade. No processo de metropolização, não se conduziu apenas infraestrutura, modernização, urbanização, tecnologia, lazer e turismo, mas também impactos ambientais e sociais que antes se

concentravam apenas na metrópole. Nota-se que a sociedade se redescobre e nutre um imaginário de liberdade e lazer por meio de caminhos que levam ao mar.

CONCLUSÃO

Conclui-se que no Ceará existiu dois movimentos de valorização das zonas de praia: lazer, veraneio e, posteriormente, o turismo. Na década de 1970, observa-se a ampliação das práticas marítimas modernas para além do tecido urbano da capital Fortaleza. Percebe-se a construção no Ceará de uma imagem turística que obscureceu as secas cíclicas, a ideia de “região problema”, escassez hídrica. O sol agora se apresenta como fator benéfico para a região, uma reserva infinita para se desenvolver turismo o ano todo. O sol antes apresentado como martírio da seca e pobreza, ganha nova conotação por meio do *marketing* turístico e passa a ser visto por outro prisma.

Dessa forma, o estado cearense passou a investir em políticas inovadoras voltadas para a atividade turística como o PRODETURIS e, em seguida, o PRODETUR I e II, o que fez com que a valorização e olhares recaíssem sobre as zonas de praia. O PRODETURIS e o PRODETUR são políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças”, agora o turismo é introduzido no estado gradativamente, pois se acredita que seria uma atividade propulsora da economia.

Os anos 1970 e 1980 simbolizaram bem o movimento de transformação e ampliação das zonas de praia no Ceará, graças ao veraneio. O espaço litorâneo, que antes estava sujeito à antiga lógica de defesa do território, abriu-se para a sociedade do consumo, que prima pelo lazer em expansão, porém apenas nos anos 1980 esse processo intensificou-se, pois, o Estado começa a intervir para posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. Destaque para a construção de vias que conectam BRs e CEs às praias, assim como obras de modernização da infraestrutura.

A construção de estradas que desaguam no litoral é orientada pelo aeroporto, incorporou-se dessa forma o litoral às zonas de influência de Fortaleza, imprimiu-se lógica de dominação paralela à linha de costa. Quebrou-se assim a antiga dominação perpendicular, onde se partia do litoral em direção ao sertão, tendo como orientação o porto. Essa lógica partindo do aeroporto apresenta Fortaleza com papel primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos pelo litoral cearense.

Fortaleza apresenta-se como uma metrópole híbrida, pois as dinâmicas socioespaciais que ocorrem na RMF ampliam o tecido da cidade por meio da indústria, do

setor terciário, habitação/imobiliário e turismo. A metropolização turística avança com ajuda da construção e ampliação de vias, caminha-se de forma paralela ao litoral, em direção aos municípios litorâneos. Ao expandir, a metrópole vai além de seus interstícios territoriais, percebe-se que a Metropolização no Nordeste brasileiro, na maioria dos casos, não significa que seja uma complementação ou fragmentação das funções entre os lugares, mas sim um transbordamento das relações sociais da cidade principal para o entorno, a disseminação da vilegiatura e do turismo exemplifica esse processo, o que acaba seduzindo a população a dirigirem-se aos espaços litorâneos, ocupando, valorizando e impactando a zona costeira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Enos Feitosa de. **As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza**. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2004. 221 p.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia acadêmica. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 255-277, fev. 2016.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato (Org.). **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática**: Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 31-76.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2002. 160 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato (Org.). **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática**: Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 111-141.

_____. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 103 p.

_____.; COSTA, Maria Clélia Lustosa; SILVA, José Borzacchiello da. **De cidade à Metrópole:** (Trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições Ufc, 2009. 238 p.

_____. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 53-60, jun. 2002.

_____. [et al.]. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Org.) **Litoral e Sertão:** natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Regional 2014:** Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2014. 13 p.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 1992. 364 p.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira.** Fortaleza: Annablume, 2006. p. 65-76.

MADRUGA, Antônio Moacyr. **Litoralização:** da fantasia de liberdade à modernidade autôfaga. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MONTENEGRO JÚNIOR, Ignácio Ribeiro Pessoa. **Uma metrópole em transição:** reestruturação produtiva e a emergência do turismo na RM de Fortaleza - CE. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Ceará, São Paulo, 2012.

O POVO (Fortaleza). **Duplicação de rodovias terá custo de R\$242 milhões.** 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/02/16/noticiasjornaleconomia,2785198/duplicacao-de-rodovias-tera-custo-de-r-242-milhoes.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional.** 2014.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **A Metrópole Híbrida:** o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. 2011. 321 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia:** vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. **Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. 103 p.

RODRIGUES, Frederico do Nascimento. **Turismo e meio ambiente: da inserção dos resorts à (in) sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz - CE**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20081>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ROCHA, Adriana Marques; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Território do espetáculo para o turismo em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **O turismo e a relação sociedade - natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Ed. UECE, 2007. p. 72-93.

SOUZA, Eudes André Leopoldo de. **Metropolização litorânea: produção do espaço do lazer e mercado imobiliário**. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 156 p.

SETUR, Secretaria de Turismo do Ceará. **Fluxo de turistas estrangeiros é 21% maior que em 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/noticias/fluxo-de-turistas-estrangeiros-e-21-maior-que-em>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SILVA, José Borzacchiello da [et al.]. **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 446 p.